

Índios reagem contra construção da represa

ALTAMIRA — O governo brasileiro não abre mão de construir uma usina hidrelétrica a 60 quilômetros de Altamira. O diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, ao anunciar no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que o projeto não se chamará mais Cararáo, um grito de guerra sagrado e milenar dos Kayapós, a reação indígena foi fulminante: o Kayapo Uté, tio do líder Paulinho Paiakan, saltou da compacta platéia indígena de borduna em riste e agitou-a próxima ao rosto do diretor da Eletronorte. Minutos depois, Tuíra, uma prima de Paiakan, veio na direção de Muniz Lopes com um terçado-facão usado por mateiros e pequenos agricultores da Amazônia - e chegou a deixá-lo a centímetros do nariz do diretor.

"O que é energia? Pra nós, ela só traz morte e destruição", clamava Uté em sua língua, empunhando freneticamente a arma. Foram momentos tensos. As autoridades remexiam-se desconfortavelmente nas cadeiras, enquanto as centenas de índios presentes ao encontro gritavam e arremetiam para cima bordunas, arcos, flexas e lanças. Até o deputado ecológico Fábio Feldman (PSDB-SP), sentado ao lado de Muniz Lopes, ficou em expectativa. Ele vai organizar um movimento no Congresso Nacional para votar contra a construção da hidrelétrica. Com a nova Constituição, o governo depende do aval do Legislativo para tocar em frente seu projeto energético.

As dezenas de jornalistas estrangeiros fotografaram e cochichavam intensamente, mas não entendiam o que estava se passando.

Jorge Terena, assessor de Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura e da comissão organizadora do encontro, começou a traduzir em inglês a confusão, quando o som do microfone sumiu. Foi meia hora de fervura no caldeirão, durante a qual os índios mostravam impaciência, sentando e le-

vantando incessantemente em grupos, de armas em punho e soltando gritos.

Quando o microfone voltou a funcionar, Tuíra novamente apareceu com seu terçado. O diretor da Eletronorte retomou sua fala logo depois, tentando explicar que a empresa ainda está elaborando o relatório de impacto ambiental do projeto, quando os ecologistas o interromperam novamente. Ai, Paulinho Paiakan interveio: "Estou pedindo às pessoas que ajudem a gente a participar, que não façam gritos. Quando nós precisamos de apoio, nós pedimos, mas deixe-nos caminhar sozinhos. Os que quiserem que façam perguntas".

Assim, Muniz Lopes prometeu que nem a hidrelétrica próxima de Altamira, nem nenhum outro projeto da Eletronorte, a partir de agora, será batizado com nomes indígenas. Os índios aproveitaram então, para demonstrar ao vivo o que representa "Cararáo". Pirmheiro, todos se levantaram, entoando "Cararaoooo" e agitando suas armas. Depois o cacique tutu-pombo, sozinho fez uma encenação do que poderia acontecer com um branco que o provocasse com esta palavra. E lançou na mão, ele a balançou seguidas vezes na direção do chão e, virando ao contrário, batia como se estivesse massacrando um crânio humano.

"Morte, guerra, matança, destruição", é isto que representa Cararáo, dizia calmamente Paiakan. Esta cena antecedeu um discurso emocionado do xavante Benjamin. Para ele, a construção da hidrelétrica, como quer o Governo, não representa desenvolvimento. "Porque o Governo não melhora Altamira? Isso aqui parece uma cidade-fantasma, cidade-favela, a estrada é péssima. Nas cidades, têm homens brancos morrendo de fome. Para os índios, falta escola, hospital, falta demarcar as terras e energia não é desenvolvimento para o Brasil. É só para enriquecer empresários e comerciantes".

Governo recua na ação de retirar garimpeiros

BRASÍLIA — O Governo Federal não encaminhará mais ao Congresso, nesta semana, o pedido de suplementação orçamentária às Forças Armadas para que sejam retirados os cerca de 50 mil garimpeiros que invadiram a área dos índios Yanomani, em Roraima. O atraso afetará o início da operação militar e dificilmente as tropas serão mobilizadas dentro de um mês, como estava previsto pela Funai e pelos Ministérios da Justiça e Interior.

O recuo inesperado do governo teria sido consequência de uma gafe do ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, que anunciou o envio de contingentes das Forças Armadas sem que o governador de Roraima, Romero Jucá, tivesse se pronunciado oficialmente. Pela Constituição, a ação militar, em qualquer Estado, só pode efetuar-se com o consentimento do governador.

Além disso, a precipitação de Dias Correia não teria levado em conta os aspectos logísticos e os efeitos sociais de uma operação desse porte.

Romero Jucá informou anteontem que se comunicará sua decisão em 15 dias. Ele virá, e da Justiça, Oscar Dias Correia, com o presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, e com o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Fernando César Mesquita.

Embora admita que a Polícia Militar de seu Estado, com apenas 700 homens não tem condições de retirar os garimpeiros, Jucá é contrário à "uma operação militar abrupta, como tinha sido anunciada antes". Disse que uma medida como essa, para ser eficaz, "terá que ser precedida de uma solução que atenda aos índios e aos garimpeiros".